

**UMA EPISTEMOLOGIA FILOSÓFICA DO ESPAÇO:  
Uma contribuição do pensamento marxista à epistemologia do espaço**

**Thiago Canettieri**

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Graduado e Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Pesquisador do Indisciplinar (UFMG/CNPq).  
thiago.canettieri@gmail.com

**RESUMO**

O objeto da Geografia sempre teve definições e conceitos flutuantes, que foram, frequentemente, substituídos; ora por não atenderem mais um novo paradigma, ora por insatisfação dos teóricos com determinada definição conceitual. De tal forma que a geografia permaneceu durante muito tempo carente de um objeto de estudo claro e definido. Refletir sobre o conceito é uma necessidade imposta pela atualidade, mas que deve ser abordada cautelosamente, uma vez que são, por muitas vezes, definidos por imagens distorcidas ou impostas. Assim, constitui como objetivo deste artigo uma tentativa de apresentar uma teoria do espaço que vem sendo desenvolvida ao longo de publicações de vários autores importantes como Henri Lefebvre, Milton Santos e David Harvey.

**Palavras-chave:** Espaço Social; Produção do Espaço; Epistemologia Filosófica.

**A PHILOSOPHICAL EPISTEMOLOGY OF SPACE:  
An contribution from the marxist theory to the epistemology of space**

**ABSTRACT**

The object of geography has always had fluctuating definitions and concepts, which were often replaced; either for not meeting one more new paradigm, or by dissatisfaction with certain theoretical conceptual definition. Thus, geography remained for a long time lacking a clear and defined object of study. Reflect on the concept is a necessity imposed by the present time but should be approached cautiously, since they are, many times, defined by skewed or imposed images. So the objective of this article is an attempt to present a theory of space that has been developed over several publications of important authors as Henri Lefebvre, Milton Santos and David Harvey.

**Keywords:** Social Space; Production of Space; Philosophical Epistemology.

**UNA EPISTEMOLOGÍA FILOSÓFICA DE ESPACIO:  
Una contribución del pensamiento marxista a la epistemología del espacio**

**RESUMEM**

El objeto de la geografía siempre ha tenido las definiciones y conceptos fluctuantes, que a menudo se sustituye; ya sea por no cumplir una más nuevo paradigma, o por insatisfacción con cierta definición conceptual teórico. Por lo tanto, la geografía se

mantuvo durante mucho tiempo que carece de un objeto claro y definido de estudio. Reflexionar sobre el concepto es una necesidad impuesta por el presente momento pero debe abordarse con cautela, ya que son, muchas veces, definido por las imágenes inclinadas o impuestas. Así que el objetivo de este artículo es un intento de presentar una teoría del espacio que se ha desarrollado a lo largo de varias publicaciones de autores tan importantes como Henri Lefebvre, Milton Santos y David Harvey.

**Palabras claves:** Espacio Social; Producción del Espacio; Epistemología Filosófica.

## INTRODUÇÃO

O objeto da Geografia sempre teve definições e conceitos flutuantes, que foram, frequentemente, substituídos; ora por não atenderem mais um novo paradigma, ora por insatisfação dos teóricos com determinada definição conceitual, mas ambos resultados por uma disputa de hegemonia dos conceitos. Assim, a geografia permaneceu durante muito tempo carente de um objeto de estudo claro e definido (SANTOS, 1996).

Existem várias formas de se compreender e de se pensar o espaço. Infelizmente, durante muito tempo tem se refletido, escrito e discutido sobre “espaço”, “espacial” e “espacialidade”, sem o devido rigor teórico-filosófico que se faz necessário. É crucial formular uma conceituação apropriada para o espaço, já que ele assume grande importância na compreensão da sociedade (HARVEY, 1980).

Assume-se que, para o êxito de uma pesquisa, é necessário à definição e conceituação clara do objeto de investigação, o que permite clareza teórico-metodológica ao longo do seu desenvolvimento. A importância de um objeto diz respeito à própria organização de determinada disciplina. Santos (1996) afirma que não é o objeto que deve submeter-se à disciplina, mas sim o contrário. Ou seja, o *corpus* da disciplina que deve ser capaz de tratar de forma apropriada do objeto de pesquisa.

Marx (2013) descrevendo o processo de investigação dialético, afirma que a teoria deve se apoderar do real e, somente depois de concluído esse primeiro movimento é que será possível descrever a essência do objeto em análise. Assim, deixa-se claro que é necessário que o objeto de análise do conhecimento se anuncie e enuncie desde o primeiro momento, partindo sempre do concreto. Dessa forma, propor uma teoria crítica do espaço pressupõe em primeiro lugar, uma leitura crítica da realidade, que a partir dela permitirá o desenvolvimento do conhecimento.

Assim, constitui como objetivo deste artigo uma tentativa de apresentar uma teoria do espaço que vem sendo desenvolvida ao longo de publicações de vários autores

importantes como Henri Lefebvre, Milton Santos e David Harvey. É nesse sentido que o texto direciona: uma explicitação filosófica da epistemologia, uma apresentação de uma teoria do espaço, e os elementos que, a partir daí, contribuem para a interpretação da realidade contemporânea.

## **DA NECESSIDADE DE UMA EPISTEMOLOGIA FILOSÓFICA**

Neste momento, pretendo destacar a importância da reflexão filosófica na discussão de conceitos, que por sua vez, produzirão o conhecimento. É nesse sentido que se propõem uma epistemologia filosófica do espaço. “O que o espírito da filosofia pode proporcionar a reflexão conceitual?” Pergunta-se Lefebvre (2008) em objetivo comum aqui expresso. Primeiro, pode fornecer a capacidade de uma crítica radical, que vá à raiz do problema, de modo a tocar no âmago da questão e reflexão conceitual. Assim, recusa-se os dogmatismos e abre-se a um pluralismo epistemológico (desde que devidamente fundamentado). Também permite findar o finalismo (geral e particulares como o sociologismo, historicismo e economicismo) – “Para o devir histórico e frente à ação não há fim definido, pré-fabricado” diria Lefebvre (2008, p. 66) sobre isso. Talvez mais longe ainda, a reflexão filosófica permitirá construir uma aproximação abstrata (no sentido hegeliano) mais próxima da realidade. Carlos (2012) amplia essa proposta de recorrer à Filosofia como condição necessária para a compreensão da realidade, em especial, por dois principais motivos: 1) Atitude Crítica e; 2) comportamento radical. Žižek (2011), por sua vez, afirma que a primeira função da filosofia é redefinir questões. O filósofo não está preocupado com a solução de determinada temática, mas com os limites de suas definições. Dessa maneira, ao propor uma análise filosófica sobre um conceito, pretende-se redefinir, a partir da leitura crítica do mesmo, elementos que possam esclarecê-lo.

Com isso, refletir sobre o conceito do espaço deve fornecer as bases para a compreensão do próprio objeto da geografia, para que se possa desenvolver as pesquisas de maneira a compreender o real que se insere.

## **POR UMA TEORIA DO ESPAÇO**

O espaço se configurou, ao longo da formação das ciências, como o objeto de estudo próprio da Geografia. Sendo que o espaço deve ser entendido como “uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 1982, p. 15). No

entanto, a busca de sua precisão conceitual foi fonte de frequente dúvida para os geógrafos. Harvey (1980, p. 27) apresenta essa dificuldade ao afirmar que “o espaço não é tão simples como o físico ou o filósofo da ciência poderiam fazer-nos crer”. Essa dificuldade de definição é decorrente da utilização da noção de espaços por disciplinas tão diferentes como a matemática, física, sociologia, geografia e economia. Assim, vou argumentar que se deve considerar o espaço, a partir da assertiva de Milton Santos (1982), como um elemento fundamental da sociedade, senão a própria sociedade e todas suas contradições consigo própria.

O vocábulo espaço, ao longo do século XIX e, principalmente, no XX foi amplamente utilizado como conceito nas mais diversas ciências, prestando-se a uma grande variedade de acepções, fator esse que contribuiu para uma indefinição do objeto da geografia e manteve a discussão conceitual no âmbito da própria delimitação do objeto da ciência geográfica. Alain Lipietz (1983, p. 14) adverte que a noção de espaço “est une espèce de bric-à-brac<sup>1</sup>”. A sua polissemia reflete a indefinição de sentido do termo.

## ESPAÇO E SOCIEDADE

A relação que existe entre espaço e sociedade está na base da discussão geográfica. Assim, para efeito de análise examinarei, em um primeiro momento, a relação mais elementar desse processo, o intercâmbio material que se estabelece na relação sociedade-espaço através do metabolismo social do trabalho, como proposto pela tradição marxista.

Já logo no início da obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1996, p. 18) afirmam: “A primeira condição de toda história humana é, evidentemente, a existência de seres humanos vivos”. À primeira vista essa frase soa como um pleonasma, no entanto, ela revela, em seu âmago, uma reflexão mais profunda. Para produzir história é necessária que os seres humanos garantam sua reprodução material em todos os momentos. Mas como acontece essa manutenção da vida humana, já que não é como das outras espécies do mundo natural ou animal? Existem necessidades físicas, mas que não são somente derivadas da condição natural do ser humano, mas sim das *condições humanas* do ser humano. Então, existe necessidades não imediatamente naturais; a natureza tal como é dada não oferece as condições necessárias para satisfazer a esta necessidade. É preciso transformar a natureza: humaniza-la. E ainda, nesse processo em que o ser humano transforma a natureza ele transforma a si próprio. Marx (2013, p. 30) afirma que os seres humanos “se humanizam ao

---

<sup>1</sup> *Bric-à-brac* é uma expressão francesa que refere-se à uma loja semelhante ao estilo “topa-tudo”.

antropomorfizar a natureza”. Ou seja, o gênero humano transformando a natureza externa transforma sua natureza interna e só assim, humaniza-se; torna-se humano.

Dessa forma assume que a modificação da natureza pelo gênero humano é parte essencial do **ser** e **fazer** humano; pelo trabalho cria-se o que passa a ser denominado de segunda natureza. Essa transformação da natureza e do ser humano só é possível acontecer através do trabalho [*Arbeit*]. Nas palavras de Marx (2013, p. 187):

O trabalho é uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, é eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

Nesse sentido, se entende o trabalho como causa e consequência da vida humana. Por isso Lukács (2013) apresenta a categoria trabalho como uma noção transicional. Segundo o autor, todo processo humano tem, como sua base, o trabalho. Ao mesmo tempo o trabalho é uma atividade formativa do próprio ser humano. Para compreender esse elemento, o conceito de trabalho deve ser tomado como o mais amplo. A concepção de trabalho já aparece na filosofia hegeliana como uma atividade distintamente humana através da qual os seres humanos satisfazem suas necessidades de forma fundamentalmente diferente dos animais. A partir desse ponto, Marx (2013) amplia a noção hegeliana e concebe trabalho como a forma dos seres humanos objetivarem a si próprios no mundo. Em que pese as diferentes “versões” assumidas a partir da obra de Marx, o conceito de trabalho deve ser entendido de forma mais ampla, como qualquer atividade criativa, consciente e teleológica de ação.

A ontologia do ser social para Marx e Engels (1996) reside no conceito de trabalho não apenas pelo seu potencial transformador, mas também por sua natureza teleológica. Ou seja, a capacidade de colocar finalidades conscientes nas ações. Nas palavras de Lukács (2012, p. 9) “o trabalho é um ato de pôr consciente”. Ainda, segundo Lukács (2013) através do trabalho que o “ser material” realiza-se, a partir do surgimento de uma nova objetividade com determinado fim. É pelo trabalho que se produz a objetividade da satisfação das necessidades da vida material humana.

Assim, como é explicitado por Sartre (1985), a matéria trabalhada torna-se uma coisa social. Passa a ser portadora de funções humanas e significa dizer que determinado produto impõem uma *práxis* que o condiciona. Em termos espaciais pode-se entender que o espaço, produzido através do trabalho do homem (suas mediações essenciais para a vida humana com a natureza) reorganizam o próprio espaço. A matéria da qual se trabalha, o

espaço naturalizado, passa a se tornar espaço social. Portanto, não cabe distinguir espaço e espaço social. Ambos designam a mesma coisa (LEFEBVRE, 1991).

Através do trabalho humano de modificações com uma finalidade específica o espaço, antes não modificado, passa a se configurar enquanto expressão da sociedade. O espaço deixa de ser natural para ser humanizado. O espaço é socialmente produzido a partir do trabalho humano e das relações sociais de produção que são “[...] dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço” (SOJA, 1993, p. 103). Sobre isso Soja (1993, p. 101-102) afirma:

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes das transformações de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo.

Assim, o espaço e a sua organização são produções sociais criadas a partir das relações entre seres humanos em sua vida cotidiana. Logo, o espaço que é produzido é uma construção social que revela os elementos das relações sociais de produção. Dessa maneira, o espaço é uma instância social, ou seja, sociedade sem espaço é abstração, sendo a recíproca verdadeira.

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. [...]. A práxis, integrante fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária das imposições espaciais (SANTOS, 1979, p. 137).

A forma tal qual o espaço é encontrado hoje revela as modificações e as intencionalidades imprimidas ao longo da História pelo ser humano através do trabalho. Marx e Engels (1996, p. 63) chegam a afirmar que “[...] o trabalho criou o próprio ser humano.” Assim, deixa-se claro que o trabalho constitui o princípio gerador dos seres humanos, e por consequência da própria sociedade e do espaço. Se o trabalho criou o próprio ser humano, criou também o espaço. Corroborando com a ideia de Marx e Engels (1996), Milton Santos (1980, p. 161) afirma que “[...] o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. Dessa forma, revela-se a importância que o trabalho também desempenha na produção do espaço.

Em Marx e Engels (1996) bem como em Lukács (2012; 2013), o processo de trabalho é um intercâmbio material entre sociedade-natureza é mediado pelas relações de

produção se tornando tão complexa quanto à inserção de formas de mediações inéditas pela organização da sociedade. Essa mediação pode ser entendida em duas vertentes: 1) através do desenvolvimento da técnica e; 2) através da constante reestruturação da divisão social do trabalho [*Arbeitsteilung*].

No que tange a discussão sobre o papel da técnica, Milton Santos (1996; 1994) em *A Natureza do Espaço* e em *Técnica, Espaço e Tempo* aprofunda a importância que a técnica desempenha na produção do espaço. Segundo o autor as técnicas configuram, considerando a palavra técnica no seu sentido mais largo, todo e qualquer traço material das sociedades humanas, estendendo-se a todos os domínios do trabalho, até que passe a configurar um sistema de técnicas e de operações. Em suas palavras as técnicas representam “o conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p. 29).

O grande avanço proposto por Santos (1996) é considerar a técnica, ela própria, um meio. Isso implica em considerar que a técnica, ou que o sistema de técnicas e operações, é apropriada de uma forma específica de acordo com o espaço a que ela se insere. No entanto, esse espaço foi, em algum momento, modificado pela técnica e trabalho humano, o que significa dizer que o espaço representa uma sucessão de técnicas acumuladas ao longo do tempo através da modificação e da intencionalidade do trabalho humano. Dessa forma o autor afirma:

Sem dúvida o espaço é formado por objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados segundo uma lógica (SANTOS, 1996, p. 40).

Assim, as técnicas de uma época estão no espaço produzido. O tempo está, assim, no espaço. É no espaço que se redefine os objetos técnicos incluindo-os em um todo coerente e organizando-os em um sistema.

O conceito clássico de divisão social do trabalho da teoria marxista diz respeito às diferentes formas possíveis que os seres humanos, vivendo em sociedades históricas (contextualizadas) produzem e reproduzem a vida cotidianamente. Essa expressão, adotada por Marx (2013) deve ser entendida como um complexo sistema de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são conduzidas independentemente uma das outras.

Segundo Santos (1996, p. 129), esse conceito relaciona-se com a geografia através das noções de espaço e tempo, que estão latentes em seu âmago. Em suas palavras: “A divisão social constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial”.

A divisão social do trabalho deve ser compreendida a partir de sua dimensão espacial, pois esta revela como é organizada a sociedade no espaço que ela própria criou. É através dela que se pode entender o processo de distribuição dos recursos, social e geograficamente.

Em termos espaciais, passou-se adotar o termo divisão territorial do trabalho para designar o mesmo processo, embora adiciona-se à reflexão o componente espacial de sua expressão. De tal forma a expressão divisão do trabalho é, ao mesmo tempo, social e espacial; por assim dizer, sócioespacial. A sociedade organizada no espaço, ao produzi-lo, através do trabalho, o faz de forma essencialmente diferenciada. Santos (1996, p. 133) afirma que “A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua [do espaço] individualidade”.

Cabe ainda destacar que esse processo acontece devido à intencionalidade de cada ato humano. Essa intencionalidade responde a interesses definidos que é sempre alvo de disputas. Conforme Lefebvre (1991) afirma, a essência do espaço não pode ser apenas o local passivo em que desenrolam as relações sociais, mas sim a própria práxis social através da qual se produz o espaço e a sociedade. Lefebvre (1991, p. 68) utiliza o conceito de produção de espaço para designar o processo pelo qual seres humanos, produzem e reproduzem a sua vida, a sua História e a sua consciência. Dessa maneira, ao trabalhar com a produção do espaço deve-se considerar a produção da sociedade, com sua lógica e dinâmica próprias. Ao cunhar o termo Produção do Espaço – título de seu livro – Lefebvre (1991) considera o conceito de produção muito além de mera “*manufacturing*”<sup>2</sup>.

O sentido do termo *Produção* não pode assumir que seja meramente a sucessão de etapas combinadas. Deve-se assumir o conceito de produção mais amplo. Volta-se para a contribuição de Hegel sobre a discussão do conceito de produção. Embora Hegel não estivesse preocupado com o desvelamento do espaço<sup>3</sup>, Lefebvre (1991) se apropria da filosofia hegeliana para fundamentar sua concepção de produção. Então, a concepção lefebvriana de produção como um processo em que uma ideia absoluta produz o mundo próximo, o ser humano, através do trabalho, produz a história, conhecimento e a

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, cabe a distinção teórica-conceitual de produção e fabricação (manufatura). A produção engloba um processo amplo consciente e totalizante enquanto que a fabricação, com sua acepção mecânica, foca em um processo restrito de repetição, fragmentário.

<sup>3</sup> Hegel se empenhou a discutir a produção como uma ação ou movimento empreendido por uma ideia absoluta em sua plena realização autoconsciente.

autoconsciência – existe um *Geist*<sup>4</sup> que reproduz a ideia inicial e final. Dessa forma, fecha-se o circuito da produção, embora ele seja ininterrupto e infindável.

Outra contribuição que deve também ser destacada na discussão lefebvriana sobre a produção é a desenvolvida por Marx e Engels (1996, p. 115) em que afirmam que o ser humano é definido de acordo com a produção: “o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o que produzem e com a forma como eles produzem”. Ainda, apoiado em Marx e Engels (1996), o termo produção, como adotado por Lefebvre (1991), ganha ainda mais importância. Baseado nos autores, apenas na natureza “natural” as coisas simplesmente existem, apenas os humanos é que são capazes de produzir. Considerando essas contribuições Carlos (2012, p. 62) afirma que “a noção de produção se vincula à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado”.

Para analisar o processo de produção do espaço dever-se-á considerar sua totalidade, já que para Hegel (2003) apenas na totalidade é que se encontra a verdade, já que preserva cada um dos estágios subsumidas. Milton Santos, em *A Natureza do Espaço*, dedica-se a tarefa de delimitar e analisar o conceito de totalidade de maneira filosófica. Segundo ele a totalidade é “a realidade em sua integridade” (SANTOS, 1996, p. 116). De tal forma, a totalidade apenas é possível apreender no processo – nem no começo, meio ou final, afinal ela é movimento. Pode-se, a partir daí, afirmar que a produção do espaço é uma totalidade, a realidade em sua forma completa em um constante devir animado pelo processo de trabalho.

Nesse mesmo sentido, Lukács (2012) ao discutir sobre o processo de conformação do ser social, afirma que este só pode ser compreendido como uma totalidade concreta que é articulado em totalidades parciais. Da mesma forma o espaço constituiu uma totalidade que é articulada às outras. Tanto em espaços diferentes, em escalas diversas e entre outros elementos que o contém e por qual é contido. Embora seja esse o panorama de entendimento do espaço, muitas vezes a totalidade é esquecida. Cada ciência, cada orientação metodológica fornece uma forma de perceber o espaço, produzindo conhecimentos fragmentados que quase nunca retornam ao cenário da totalidade para permitir vislumbrar a realidade em sua completude.

---

<sup>4</sup> Elemento fundamental da teoria hegeliana. Pode ser traduzido como Mente ou Espírito embora etimologicamente seja correspondente à palavra Ghost no inglês. Diz respeito à Ideia absoluta ou ao Abstrato Universal. Para mais ver: HEGEL, 2003.

Assume-se, dessa forma, que a produção do espaço está relacionada a um processo de produção amplo e totalizante, produzido através da atividade humana pelo trabalho. Henri Lefebvre (1991, p. 73) esclarece, em suas palavras:

Space is not a thing among other things, not a product among other products: rather, it subsumes things produced, and encompasses their interrelationships in their coexistence and simultaneity – their order and/or disorder. It is the outcome of a sequence and set of operations, and thus cannot be reduced to the rank of a simple object.

Ao se tratar do espaço não cabe trata-lo como mero objeto, produto. O conceito de objeto/produto implica a ideia de que o espaço está acabado, pronto. No entanto, a produção incessante do espaço só terá fim com o fim da humanidade, pois durante todo o tempo está a ser produzido.

Mas cada modo de produção vigente em determinada sociedade é determinante para a produção do espaço. Cada modo de produção produz um espaço diferente de acordo como é realizado e organizado o trabalho humano. A relação sociedade-espaço é periodizada a partir das mudanças no modo de produção (por exemplo – do feudalismo para o capitalismo; do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro). Lefebvre (1991, p. 7) afirma que:

O modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço e seu tempo. É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele.

Assim, se destaca a importância da reprodução das relações sociais de produção na compreensão da dinâmica de produção do espaço. Esse conceito incide sobre a totalidade da sociedade, incide sobre o movimento da sociedade. Dessa forma, a produção do espaço é ligada diretamente com a reprodução das relações de produção da sociedade.

O espaço configura então a materialização da produção e reprodução das relações sociais de produção, realizadas através do trabalho humano. “O espaço pode ser descrito como trabalho. Ele é reproduzível sendo resultado de repetitivas ações” (LEFEBVRE, 1991, p. 75). O espaço é uma construção social, que abarca aspectos geográficos, econômicos, sociais, culturais, comerciais, demográficos, políticos, afetivos nas mais diferentes escalas, do local (casa, rua, bairro, cidade) ao global (nacional, continental). Importante destacar que o autor informa que o espaço e as concepções que se tem dele estão diretamente relacionadas ao modo de produção e reprodução da vida material

prevalecente na sociedade. É o que o autor denomina como “*l’espace vécu*” – espaço vivido – a experiência do espaço enquanto uma construção social.

Lefebvre (1991) considera que o espaço não é apenas o reflexo das relações sociais de produção, mas que deve ser entendido como a expressão dessas relações e, ao mesmo tempo, considerar sua incidência sobre elas. Assim sendo, a produção do espaço é um processo que está no bojo de um conjunto de relações sociais de reprodução, e nesse processo, destaca Lefebvre (1991, p. 5), “por interação ou retroação, o espaço intervém na sua própria produção”. Assim, o espaço é dialético é produto e produtor ao mesmo tempo de um processo de produção infundável. Segundo o autor: “[...] o espaço é criação e criador; sentido e fim” (LEFEBVRE, 2008, p. 35).

Chama-se a atenção para o fato de espaço e sociedade serem duas estruturas que agem uma sobre a outra, sendo, portanto, condicionante e condicionada em uma relação dialética.

As estruturas sociais e espaciais estão dialeticamente entrelaçadas na vida social, e não apenas mapeadas uma na outra como projeções categóricas. E dessa ligação vital provém a pedra angular teórica da interpretação materialista da espacialidade, o reconhecimento de que a vida social é materialmente constituída em sua geografia histórica, de que as estruturas e as relações espaciais são as manifestações concretas das estruturas e relações sociais que evoluem no tempo, seja qual for o modo de produção. [...] A constituição da sociedade é espacial e temporal: a existência social se concretiza na geografia e na história (SOJA, 1993, p. 100).

Nesse sentido, Soja (1993) esclarece a relação da sociedade com o espaço e o tempo, que ele propõe pensar dialeticamente, o espaço, o tempo e o ser social: as três instâncias em que se reproduz a sociedade. O ser social tem seu contorno delimitado pela historicidade e pela espacialidade. Igualmente, o tempo é configurado pelas práticas do ser social e pela espacialidade. E o espaço é determinado pelo tempo e pela atividade do ser social. Esses três elementos são determinados e determinantes por cada um dos outros de maneira dialética.

Como apresentam Marx e Engels (1996), a condição da história é manter os homens vivos e assegurar sua reprodução. Não seria também a mesmas condições do espaço? Isso porque as relações sociais têm concretude no espaço; elas somente podem existir no tempo e no espaço, em que se fazem o ser social. Nessa perspectiva:

Tal enfoque aponta para a ideia de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo (CARLOS, 2012, p. 53).

Deve ainda ser destacado que o espaço é, segundo Lefebvre (1991, p. 22), uma construção política. Segundo o autor “il y a politique de l'espace, parce que l'espace est politique”. A produção do espaço é essencialmente política já que envolve intencionalidades, interesses. Expressão das relações sociais, como são colocadas dentro um determinado campo de forças, o espaço é resultado das relações políticas.

Assim sendo, a *produção do espaço* é um processo resultante das relações de produção próprias de cada meio de produção, relações essas que são, antes, de poder. Processo esse que é embebido de política, lugar e objeto de estratégia e intencionalidade. Ainda, a produção do espaço tem caráter dialético, ao mesmo tempo em que é produzido pelo ser humano também intervém na sua própria produção. É reflexo e condicionante da sociedade. Também, a produção do espaço constitui uma projeção do tempo (dos modos de produção históricos), e que reage sobre ele.

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Milton Santos (1996) vem designar o espaço enquanto sendo um sistema de objetos aliado a um sistema de ações e das relações deles provenientes, o que constitui um conjunto indissociável, sendo uma das instâncias da sociedade (juntamente com a econômica e a cultural-ideológica). Sistema esse constituído por elementos: os homens, reesponsáveis pelo trabalho sobre o espaço; as firmas, atuando na produção de bens e serviços; as instituições, fornecendo normas, ordens e legitimações; o meio ecológico, entendido com a base física do trabalho humano; e as infraestruturas, o trabalho humano materializado e geografizado. Esses diversos elementos são intercambiáveis e de grande interatividade entre si, o que garante ao espaço a grande complexidade e necessidade de análise. Segundo o autor, os diversos elementos do espaço estão em constante relação uns com os outros. Mas, não são relações apenas bilaterais, mas relações generalizadas. Em suas palavras:

Sistema de objetos e sistema de ações interagem. De um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ação leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes (SANTOS, 1996, p. 63).

Assim, o autor considera que os objetos representam as formas espaciais enquanto que as ações representam os seus conteúdos sociais. A partir dessa noção é que o autor chega a sua proposta de dizer que o espaço é uma forma-conteúdo. Nas palavras do autor, a forma-conteúdo representa a união entre “[...] processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social” (SANTOS, 1996, p. 83).

Assim, deve-se considerar a existência de diversos subsistemas, correspondente a um determinado espaço, organizados pelo modo de produção dominante e responsável pela produção espacial em diferentes escalas. Conforme o próprio autor, “quando uma variável muda o seu movimento, isso remete imediatamente ao todo, modificando-o, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade” (SANTOS, 1996, p. 85). Totalidade espacial que expressa, não o resumo dos elementos e suas inter-relações, mas a própria sociedade.

Observa-se a presença dos objetos distribuídos no espaço, sua configuração espacial, conduzida por processos que são resolvidos por funções que estão ligadas à uma determinada estrutura produtiva. A ideia central da interpretação do espaço situa-se na combinação simultânea entre a forma, a estrutura, a função e o processo.

[...] se a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas (SANTOS, 1996, p. 67).

Dessa forma, as quatro instâncias representariam: A forma, o aspecto visível de uma coisa, o padrão espacial de determinados objetos e ações; a função sugere uma atividade desempenhada; a estrutura diz respeito à inter-relação de todas as partes de um todo, seu modo de organização; processo é definido como a ação contínua da totalidade em seu constante devir.

O mesmo autor adverte que “[...] forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo” (SANTOS, 1996, p. 71). Compreender as quatro instâncias espaciais propostas é uma forma de aproximação da realidade espacial desejada, abrangendo a complexidade de sua produção social.

Harvey (1980) também apresenta grande contribuição na abordagem do conceito de espaço a partir de um contexto dialético. Segundo o autor, o espaço possui três caracteres que coexistem temporalmente: um caráter absoluto (sua existência material) baseado em Isaac Newton; relativo (como relação entre objetos) pensando a partir de Albert Einstein; e relacional (o espaço que contém é também contido nos objetos) de Leibniz.

O que significa dizer que um espaço é absoluto? É compreender que ele existe por si só, como uma estrutura fixa em que acontecem os fenômenos. É a ideia de espaço que é representada como um grid imóvel. E sobre o espaço e o caráter relativo? Diz respeito à ideia de espaço depende contextualmente e relativamente ao que é realizado pelo trabalho naquele espaço. O que representa o caráter relacional? Representa a dialética do espaço-objetos em que o espaço é considerado como sendo contido em objetos no sentido de que um objeto pode-se dizer que existem apenas na medida em que contém e representa dentro de si relações com outros objetos; o espaço não existe fora dos processos que o definem.

Essa divisão proposta pelo autor não é fruto de uma abstração excessiva, mas representa as diferentes possibilidades de se entender os eventos que ocorrem no espaço. Sobre isso Harvey (2005, p. 80) afirma que o “Space is neither absolute, relative or relational in itself, but it can become one or all simultaneously depending on the circumstances”.

Lefebvre (1991) em sua definição de espaço afirma que o espaço contém e está contido nas relações sociais; ou seja, no espaço é que acontecem as relações sociais ao mesmo tempo em que é nas relações sociais que o espaço existe. Ainda, Lefebvre (1991) aprofunda sua análise sobre o espaço identificando três expressões de diferentes modos de pensar, viver e agir sobre o conteúdo espacial, a saber:

1) O espaço percebido (as práticas sociais):

O espaço percebido, das práticas sociais, aparece como uma intermediação aos desdobramentos provenientes de atos, valores e relações específicas da formação social.

2) O espaço concebido (as representações do espaço):

O espaço concebido, ou seja, a representação do espaço é a forma do espaço que é assumida pelos cientistas e planejadores tecnocratas como retalhadores, já que rasgam a totalidade do espaço para representa-lo de forma aparentemente coerente.

3) O espaço vivido (espaço representacional):

O espaço vivido, ou seja, espaços de representação é o espaço em que os habitantes “usadores”<sup>5</sup>; se apresentando através de imagens e símbolos que é construído.

Assim, é na espacialidade que o percebido, o concebido e o vivido se encontram e transparecem sua total imbricação. Segundo Lefebvre (1991) é imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos. A fundamentação teórica em que o autor desenvolve sua filosofia tem como objetivo principal desvendar a realidade atual, assumindo o contexto como parâmetro mestre de reflexão.

Dessa forma, pode-se compreender que a *produção do espaço* se realiza através de um momento historicamente concreto, cuja expressão empírica se faz fixa espacialmente. Isso leva a ideia de que a unidade na relação sociedade-espaço não pode ser natural, mas são, na verdade, contextuais e contraditórias. A verdadeira unidade sociedade-espaço é histórica (contraditória) e não de conteúdo natural. O espaço é uma totalidade dinâmica e contraditória produzida pelo processo histórico na relação que se estabelece entre sociedade e natureza sendo mediado pelas relações de trabalho que é o aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida social. É o produto, a condição e o meio de reprodução da sociedade.

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL PELO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Frente às colocações teóricas de como é produzido o espaço, o questionamento seguinte deve ser: “como isso acontece hoje?”. Foi exposto anteriormente que o espaço é uma dialética das relações de produção da sociedade, ligado diretamente ao modo de produção vigente. Dessa forma, dedica-se aqui uma breve análise de como acontece a produção do espaço no capitalismo contemporâneo.<sup>6</sup> As sociedades anônimas, o papel das bolsas de valores, os conglomerados financeiro-industrial-agrícola com suas *holdings*, cooperação público-privada e intensificação da ação das empresas transnacionais são os novos atores desse capitalismo contemporâneo, que convencionou-se chamar de neoliberalismo (HARVEY, 2006, 2010; MAGALHÃES, 2015).

Deve ser destacado que, ao analisar o capitalismo deve-se tomar o cuidado para não tomar acepções errôneas sobre o processo de produção capitalista. Dessa forma, Moraes e

<sup>5</sup> A tradução em inglês utiliza a palavra *users*. Preferi o neologismo algumas vezes recorrente nas obras de Carlos (2012) do que a palavra ‘usuários’.

<sup>6</sup> Chama-se de capitalismo contemporâneo o modo de produção desenvolvido internamente ao capitalismo e que emergiu, segundo Harvey (2010) a partir de 1972 juntamente com a “pós-modernidade”.

Costa (1993, p. 60) destacam: “o capital não é um deus *ex-machina*, que manipula homens e lugares em sua lógica perversa, do mesmo modo que não é uma “coisa” nem um “ente”, mas é a materialização da práxis humana”.

Assim, a produção capitalista é antes de tudo uma produção humana. Uma ordem social criada historicamente. Deve, portanto, tomar cuidado para evitar a personificação do capital ou do sistema; deve sempre destacar que esse é um produto de relações sociais, de ações de agentes<sup>7</sup>.

Cabe lembrar que dinheiro e mercadoria, elementos centrais para o funcionamento do capitalismo, são formas que antecedem e, muito provavelmente, precederá o modo de produção de capitalista. Mas no capitalismo (e em especial em sua forma contemporânea) esses elementos possuem uma função muito específica. A relação entre valor de uso e valor de troca inerente das mercadorias em todo modo de produção é, no capitalismo, desequilibrado; o valor de troca é superior ao valor de uso, que acaba por engoli-lo (LEFEBVRE, 1991). Assim, o capitalismo se tornou a expressão de um sistema baseado na exploração do trabalho, em que uma classe, a burguesia, se apropria do mais-valor gerado no processo de produção de mercadorias (MARX, 2013).

Para analisar e entender a produção do espaço no capitalismo, cabe aqui refletir sobre como o trabalho, categoria chave para compreensão da relação sociedade-espaço e elemento fundante da vida humana, é organizado no sistema capitalista.

Marx e Engels (MARX, 2010; 2013; ENGELS, 2015; MARX, ENGELS, 1996) apresentam em seus trabalhos, a sociedade capitalista, com o desenvolvimento do trabalho assalariado, se tornou alienada (sem consciência de sua práxis) e fetichizada (transformado em coisa). Assim, no capitalismo, o trabalho tornou uma mercadoria à ser vendida e comprada como qualquer outra. Perde-se assim a ideia de processo que é inata à atividade humana de sua própria humanização.

Dessa forma, o espaço também passa pelo mesmo processo. O espaço passa a ser produzido e organizado através do trabalho alienado [*arbeit entfremdung*] e fetichizado. Assim, se torna também um espaço alienado e fetichizado; sem que os indivíduos tenham a consciência de sua práxis e o espaço é, ele próprio, transformado em coisa.

Nesse sentido, escreve Marx (2010, p. 41) nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* que “o capital é o poder de governo [*regierungswalt*] sobre o trabalho e seus produtos”. Ora, se o capital domina o trabalho e os produtos do trabalho e assumindo, como anteriormente

---

<sup>7</sup> Embora, ao longo do texto, apareçam atribuições humanas ao capital, faz-se isso a partir de uma abstração do papel dos agentes. Como o próprio Marx (2013, p. 160) destaca, existe “máscaras econômicas que são como personificação das relações econômicas”.

discutido, que o espaço é o próprio trabalho humano, o espaço é comandado pelo imperativo do capital.

Cabe também destacar, como processo inerente do capitalismo, o que Marx (2013, p. 252) denominou de “separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de trabalho”. Com essa separação oriunda da apropriação privada dos meios de produção ela não só se estabelece como elemento histórico-genético do capitalismo, mas constitui uma forma de sociabilidade que passa a ser expressa no espaço. É essa separação entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho que é calcada a separação das classes e induz a produção ‘desigual’ do espaço.

O modo de produção capitalista assenta-se essencialmente na produção de um valor de troca em substituição à um valor de uso das coisas, passando a ser mediado principalmente pelo dinheiro e pelo mercado. Lefebvre (1991, p. 162) afirma que esse mesmo processo acontece na produção do espaço. O valor de uso potencial do espaço é solapado por um valor de troca que é imposto ao espaço. O espaço passa a ser mediado pelo dinheiro e pelo mercado como as outras mercadorias. Em suas palavras “o valor de uso é engolido pelo valor de troca” e isso significa perder o caráter criativo-solidário das relações, substituindo-a por uma relação fria e sempre refém do mercado.

Lefebvre (1972; 2008; 2010) argumenta em muito de seus textos como em *Le Pensée Marxist et la Ville, Espaço e Política*, e em *A Revolução Urbana* que para o desenvolvimento e até mesmo a sobrevivência do modo de produção capitalista foi essencial a apropriação da produção do espaço pela classe dominante. Segundo ele isso por dois motivos principais: 1) controlar as contradições internas do capitalismo e; 2) ampliar a apropriação de lucro.

Harvey (2011) explora esses dois elementos. Segundo o autor o controle das contradições internas e inerentes do capitalismo possui um componente espacial latente. As crises<sup>8</sup> tendem a deslocar-se no espaço de forma a satisfazer as necessidades do circuito do capital e mantê-lo em funcionamento. O ajuste espacial do capitalismo. Ainda, a ampliação e apropriação do lucro pela classe capitalista é essencialmente espacial, ela deve ter uma base geográfica para que aconteça. Dessa forma, a classe capitalista conquista a produção do espaço.

A força e intensidade do modo de produção capitalista em dominar a produção do espaço têm bases sólidas. A primeira, a própria organização das relações sociais que estão cada vez mais aprofundadas na lógica do capitalismo. Isso reflete na produção do espaço.

---

<sup>8</sup> Grespan (2001) argumenta, a partir de uma base marxista, que as crises são essenciais ao funcionamento do capitalismo. É a partir dela que se renegocia o pacto de poder e prepara os novos mecanismos para ativar a próxima etapa de expansão e acumulação do capital.

Shields (1988) apresenta que a produção dessa “espacialização capitalista” só é possível através das atividades e ações que o Estado assume. E também deve-se destacar, como fez Slavoj Žižek (2008), a força com que a ideologia capitalista consegue penetrar fundo em todos os conteúdos sociais contemporâneos.

Dessa forma, a produção do espaço é um reflexo da produção das relações de produção capitalistas. Seguindo os apontamentos de Harvey (2006) sobre uma Geografia do Capitalismo, pode-se entender que o processo de produção e reprodução do capitalismo está continuamente a produzir e reproduzir o espaço a partir de sua própria imagem. Tanto ao nível material como simbólico.

O espaço no capitalismo tem características paradoxais mais precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Segundo Lefebvre (1991), com a fabricação de elementos e materiais o espaço tende a homogeneidade, embora não de planos ou de projeto. Assim o espaço é fragmentado, em pedaços para atender cada projeto. Em seguida é hierarquizado, consequência da hierarquização da própria sociedade. O filósofo francês destaca que esse processo garantiu ao espaço caráter de globalidade (diferente de totalidade, que, em sua acepção, o espaço acabou por perder com a dominação capitalista). A globalidade do espaço diz respeito a sua inserção ao mundo do mercado, passou-se a ser tratado como mercadoria, trocado e vendido, reduzido a uma “coisa”. É nesse percurso que se pode afirmar que o espaço no capitalismo foi reificado.

Os imperativos da reprodução ampliada do capital incidem sobre a produção do espaço. Passa-se a adotar termos como planejamento estratégico, eficácia, rentabilidade, preço e lucro. A produção do espaço é elemento fundante da produção capitalista e por causa disso é dominada para satisfazer as necessidades que a classe dominante tem de interesse. E, com isso, a produção do espaço está subjugada a estrutura de classes do capitalismo e a separação entre burguesia e trabalhadores.

Se antes, ao longo do capitalismo industrial, era possível a separação do tempo de vida vis-à-vis do tempo do trabalho – através da subordinação do trabalho à relação salarial; hoje em dia, o capital investe e subordina a vida como um todo. Se antes tinha-se oito horas do trabalho, oito horas de lazer e oito horas de sono; hoje existe apenas as 24 horas do dia. Essas transformações se traduzem em um controle capitalista do conjunto das atividades vitais, tanto de produção como de reprodução, de atividades intelectuais e manuais, instrumentais e comunicativas. Nesse contexto, quando a sociedade é subsumida no capital, isto é, quando as relações de soberania e de capital se tornam passíveis de sobreposição e a exploração se desloca diretamente para o social. A produção e exploração

de mais-valia se desloca para além da fábrica, para o cotidiano; se desloca para além do tempo de trabalho, torna-se contínua.

Dessa forma, o espaço como um todo se torna local da produção e exploração da mais-valia. O espaço é para o século XXI o que o chão da fábrica representou em meados do século XIX. As implicações dessa alteração são imensas já que se conforma a presença do capital em toda instância da vida; no cotidiano de todos. A exploração se torna extensiva sob o espaço e o tempo: sobre as pessoas (MAGALHÃES, 2015).

Lembrando que Marx (2005), ao longo do texto *Crítica do Direito de Hegel*, considera que o Estado é uma espécie de comitê gestor de negócios da classe dominante. Portanto, deve ser entendido como uma derivação da categoria capital. É um ente artificial que tem como objetivo garantir alguma ordem nos conflitos inerentes da sociedade priorizando as necessidades e interesses de determinada classe. É um espaço dominado pela classe dominante e, como consequência, suas ações são repercussões dos interesses hegemônicos. É no Estado que dá a materialidade ao poder dessa classe. Em termos marxianos o Estado é uma superestrutura das relações da produção. E Engels (2015), no *Anti-Dühring*, considera a força do direito e do Estado derivados diretamente da função social e econômica da ordem hegemônica da sociedade.

Esse poder de dominação na forma de como o espaço é produzido é proveniente de forças hegemônicas, atuando como forma de controle e de coerção das classes subalternas. Sobre isso cabe levantar a contribuição de Gramsci (2007) sobre o tema. Para o autor a hegemonia consiste na criação de uma mentalidade uniforme em torno de determinadas questões que combina liderança à dominação. O filósofo italiano ainda destaca que a formação de uma hegemonia tem grande influência do papel do Estado enquanto instituição normativa da sociedade. Logo, a imposição de determinada hegemonia utiliza, pois, certa coerção mais ou menos 'legal' ou 'socialmente aceita' para manter sua dominação. Neste contexto, os grupos subalternos ou dirigidos devem, com ou sem coerção, aceitar a dominação, mesmo que não integralmente.

Lefebvre (1991) lembra que o espaço serve, antes, aos grupos hegemônicos. Ao servi-los, é submetido aos seus caprichos, que servem, antes, para reproduzir a ordem social. Isso, ainda de acordo com Lefebvre (1991), acontece por que esse grupo hegemônico possui as condições necessárias de exercer a dominação. O domínio do espaço representa a conquista da sociedade.

Nesse sentido, tendo sido conquistado e subjugado pela classe dominante aos ideais hegemônicos o espaço se tornou objeto, veículo e produto do capital. Objeto porque é,

hoje, utilizado pelo processo de produção; veículo porque é o meio do processo de produção; produto porque é, também, o fim do processo de produção. Moraes e Costa (1993, p. 159) definem que “o espaço, portanto, sob o capitalismo, é capital como condição e como meio de produção”. Pode parecer exagerado afirmar que o espaço é capital, no entanto, essa é uma realidade latente que deve ser considerada nas análises contemporâneas. O espaço é capital por assumir a forma de condição estruturante, meio eficaz e, até mesmo produto final da produção capitalista em que se realiza o mais-valor.

Pode-se ainda destrinchar melhor essa relação que o espaço assume no capitalismo contemporâneo analisando as etapas do processo de reprodução do capital: 1) produção; 2) circulação e 3) consumo.

A produção do espaço é reflexo e refletida pela produção social no espaço. É no espaço que estão localizadas todo o trabalho morto já efetuado, na forma de construções, máquinas, estradas, infraestrutura e etc. Também é no espaço que o trabalho vivo irá atuar. Dessa forma a produção está fundada em bases espaciais clara.

Da mesma forma a circulação. Ela acontece no espaço e possui fortes influências na forma como ele é produzido e percebido. Harvey (2006) apresenta que existe um processo, já identificado por Marx (2011) no *Grundrisse*, de aniquilação do espaço pelo tempo. As técnicas de transporte e de telecomunicações avançam num ritmo que chega a produzir o que o autor denomina de compressão do espaço pelo tempo, em que “dada os determinantes do capital ocorre uma transformação na relação espaço-tempo em que o tempo submete o espaço ao seu domínio relativizando as distâncias.” Essa característica do processo de circulação do capital possui importantes consequências espaciais, já que o resultado produz um espaço como uma tábua rasa, destinado inteiramente à circulação do capital.

Por fim, para concluir o circuito do capital tem-se o consumo. Primeiramente, e obviamente, o consumo acontece no espaço (a mercadoria é produzida em um local, deslocada no espaço, para ser consumida, também em um local). Mas cabe aprofundar a análise referente ao consumo do espaço, substancialmente diferente. O espaço, passando a ser mercadoria, se torna passível de consumo. Significa que se o espaço tornou uma mercadoria, as próprias relações sociais também foram reduzidas a mercadorias.

Decorrente disso o espaço no capitalismo é privatizado, em diferentes escalas e intensidades, mas que negam o potencial de sociabilidade e o caráter comum. A privatização do espaço é um percurso próprio da dinâmica capitalista, que busca o máximo de rentabilidade, transformando tudo em uma forma de acumular capital. A privatização do

espaço representa a apropriação desigual de alguns dos meios de produção, não apenas de bens, mas, inclusive, da vida – o espaço.

Frente a essas determinações breves e gerais sobre como acontece a produção do espaço e que características o espaço assume no capitalismo cabe destacar a organização espacial.

Como já expresse anteriormente, todo o processo produtivo é geografizado, ou seja, expresse no espaço, conformando assim uma organização dos objetos e ações no espaço. Como bem lembra Harvey (2006, p. 45) “todo o padrão geográfico de produção, emprego e consumo está em movimento perpétuo”. Dessa forma, uma análise da organização espacial do capitalismo deve considerar a mutabilidade e a plasticidade que é inerente ao sistema, e que reflete em como é organizado o espaço.

Em outro momento, Harvey (2011, p. 67) afirma que os capitalistas e seus agentes possuem “[...] papel ativo e fundamental na alteração das configurações espaciais”. Ou seja, a forma que o espaço está organizado é realizado, primeiramente, pelos capitalistas. Por consequência, essa configuração reflete a intencionalidade, o projeto sócio-político-ideológico da classe hegemônica. Assim, pode-se dizer que o espaço é organizado para, antes, satisfazer as necessidades da circulação e apropriação de capital.

A movimentação do capital constrói o que David Harvey (2006) denominou de Coerência Estruturada, em que os processos de produção e consumo em determinado espaço molda uma geografia da circulação de capital. Essa estruturação produz um certo tipo de organização espacial, que são evidenciadas pela infraestrutura, sistema social, organização do trabalho, técnicas, regulamentações, cultura e etc. Essa estruturação é coerente com a circulação do capital, ou seja, é sensível às tensões nesse processo, podendo se modificar e reestruturar de acordo com os novos modos de desenvolvimento capitalista.

Mas, como Harvey (2006) lembra, o espaço geográfico da atividade capitalista está cheio de contradições e de tensões, inerentes ao modo de produção. O espaço reflete essas contradições e, sua produção é, também, contraditória. Dessa maneira é que se percebe a materialização das contradições das relações sociais capitalistas. Assim, as formas e conteúdos espaciais que se produzem no capitalismo são contraditórios na mesma medida em que as formas e conteúdos sociais também o são. Portanto, a configuração espacial é importante elemento para compreender a sociedade contemporânea, pois através dela é que é possível entender as contradições.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar do risco de um ensaio teórico como este de ser entendido como ‘elucubrações das teorias’ e que, portanto, corremos o risco de patinar sobre a realidade sem conseguir de fato tocá-la entendo como faz Adorno (2009, p. 8) ao afirmar que “é preciso atravessar o deserto de gelo da abstração para alcançar definitivamente o filosofar concreto”. Todo o esforço empreendido no texto foi orientado no sentido de apresentar os pressupostos que a filosofia marxista pode oferecer ao entendimento do conceito de espaço como elemento fundamental para a interpretação da realidade social.

Todavia, o artigo é apenas uma abordagem inicial a esse problema conceitual e, ainda, é necessário um investimento maior de reflexão, como, por exemplo, um retorno maior as bases do próprio marxismo que é a obra de Hegel (mesmo que, como afirma Marx (2013), ele acabou invertendo-a de ponta cabeça); ou então o esforço de absorver as críticas dos marxistas da Nova Crítica do Valor ao ‘marxismo tradicional’. Estes parecem ser caminhos interessantes para a contínua reflexão sobre a epistemologia do espaço. Ainda, deve estar destacado que, apesar de indicar a questão das contradições do espaço, se faz necessário um maior desenvolvimento teórico sobre isso, como indica Lefebvre (1991) e também Carlos (2001) e Damiani (1999).

De maneira geral, o que procurei trabalhar ao longo dessas páginas é a tentativa de explorar os pressupostos filosóficos que está por detrás dos desenvolvimentos teóricos dados por Henri Lefebvre, Milton Santos e David Harvey. É esse o empreendimento, que espero ter levado a cabo: o de iniciar uma epistemologia filosófica do espaço, ou seja, explorar exatamente quais são os percursos teórico-metodológicos pelo qual alguns autores que tratam da questão do espaço mobilizam na formulação de sua teoria, mesmo que, essa primeira tentativa tenha ficado incompleta, espero que funcione como uma primeira abertura a outros esforços filosóficos em torno do conceito de espaço.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. São Paulo: Jorge Zahar, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo hoje: as contradições no processo de reprodução do espaço. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 88, 2001.

DAMIANI, Amelia Luisa. As Contradições do Espaço: da Lógica (formal) à (lógica) Dialética. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho (Org.). **O Espaço no Fim de Século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999, p. 48-61.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Volume 3**: Maquiável, notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão popular, 2001.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2010.

HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. On the history and the present condition of geography: Na historical-geographical materialist manifesto. **The professional geographer**, n. 6, 1982.

HARVEY, David. Space as a key word. In: HARVEY, David. **Space of Neoliberalization**. Heidelberg: Fraz Stiener, 2005.

HEGEL, Georg. **A fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2003

KISNER, Wendell. The Concrete and Abstract Universal in Hegel. **International Journal of Zizek Studies**, v. 2, n. 2, 2008.

KOJEVE, Alexandre. **Introduction to the Reading of Hegel**: Lectures on the Phenomenology of Spirit. Ithaca: Cornell University Press, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La pensée marxiste et la ville**. Paris: PUF, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **State, Space, World**: Selected essays. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LIPIETZ, Alain. **Le capital et son espace**. Paris: Economie et Socialisme, 1974.

- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAGALHÃES, Felipe Nunes. **O neoliberalismo e a produção da metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea**. 2015. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MARX, Karl. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital**. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.
- MORAES, Antonio Carlos; COSTA, Wanderley Messias. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. A noção de espaço. In: SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. **Marxismo e existencialismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- SHIELDS, Rob. **Lefebvre, love & struggle**. London: Routledge, 1988.
- SOJA, Edward. **Geografia Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ZIZEK, Slavoi. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

Artigo recebido para avaliação em 15/02/2016  
Artigo aceito para publicação em 18/06/2016